A large, stylized graphic of a white building with yellow accents on a yellow background. The building features a prominent archway on the left and a series of rectangular blocks forming its structure. The background is a solid, bright yellow.

**EDUCAÇÃO
E REALIDADE**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

EDUCAÇÃO E REALIDADE

2

Porto Alegre, maio de 1977

FACULDADE DE EDUCAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO E SENTIDO

*Luzia Garcia de Mello**
*Elisabete Otero da Rocha ***

I — FACULDADE DE EDUCAÇÃO: Caracterização

Caracterizada por Anísio Teixeira, 1969(4) como “*escola de ciência aplicada e da prática profissional, a Faculdade de Educação destina-se fundamentalmente à formação profissional de professores e de especialistas em educação.*”

Segundo o Parecer 632/69 do Conselho Federal de Educação (7): “A Educação, atualmente, em seu caráter de *profissão*, envolve um conjunto de conhecimento e de práticas cientificamente fundados. O educador profissional é aquele que se supõe haver adquirido¹ uma formação científica especializada. E a Faculdade de Educação tem justamente por finalidade essencial, primária, proporcionar essa formação”.

Prosseguindo em suas considerações em torno da caracterização da Faculdade de Educação, Anísio Teixeira assim se expressa:

“A Faculdade de Educação é, portanto, escola de aplicação especializada de conhecimentos humanos e não apenas busca do conhecimento pelo conhecimento. Daí ser, rigorosamente, uma *escola profissional de nível superior* à semelhança das Faculdades de Medicina, que se utilizam de grande parcela do saber humano para aplicá-lo na arte de curar da saúde humana. A Faculdade de Educação faz o mesmo quanto à tarefa de formar o homem e treiná-lo para as atividades multímodas de ensino, de educação e do treino para diversíssimas ocupações humanas”.

* *Luzia Garcia de Mello*. Profa. do Departamento de Estudos Especializados, Faculdade de Educação, UFRGS.

O trabalho foi escrito no 1º Semestre de 1973, para a disciplina “Sistemas universitários”, ministrada pelo Prof. Jorge Furtado, nos Cursos de Pós-Graduação em Educação, da UFRGS.

** *ELISABETE OTERO DA ROCHA*. Profa. do Departamento de Estudos Básicos, Faculdade de Educação, UFRGS

II — O “CONTINUUM DO CONHECIMENTO” NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Tentando esquematizar a caracterização dada por Anísio Teixeira - “*escola de ciência aplicada e de prática profissional de nível superior*” — teríamos o seguinte gráfico, em termos de um “continuum do conhecimento”, desde a busca (investigação científica do conhecimento) até a sua aplicação na prática profissional.

CONTINUUM DO CONHECIMENTO (*)

CONHECIMENTO

APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Pesquisa
Descoberta

Uso
Prática Profissional

CIÊNCIA BÁSICA → CIÊNCIA APLICADA → PROFISSÃO

Em se tratando da Faculdade de Educação, devido à própria natureza da educação, esse “continuum do conhecimento” se caracteriza mais do que em qualquer outro campo de atividade pela *interdisciplinaridade*, isto é, pela abrangência e convergência de diferentes áreas do conhecimento humano. Isto implica uma grande complexidade na organização de sua estrutura e muitas vezes tem provocado problemas relativos e atritos entre áreas e disciplinas, ou ainda choques de interesses de grupos, quando da implantação das Faculdades de Educação, na Reforma Universitária.

O “continuum do conhecimento”, abrangendo diferentes áreas (interdisciplinaridade) numa Faculdade de Educação, de certa forma, aparece expresso no Parecer 632/69 do C.F.E.: “Em face dos princípios da Reforma Universitária, a formação do educador profissional, em qualquer nível, se desdobra em três planos, a saber:

- a. Ciências básicas do homem, fundamento geral de todo estudo científico da educação.

* Esquema inspirado no trabalho do Prof. Robert Howsam, Diretor do College of Education, da Universidade de Houston, Texas, apresentado no “Seminário sobre a Estrutura de uma Faculdade de Educação”, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, P. Alegre, 14 e 17 de julho de 1969.

- b. Ciências humanas aplicadas ao conhecimento do processo educativo.
- c. Elaboração de métodos e técnicas educacionais.

Esses três planos podem ser reduzidos a duas etapas fundamentais:

- 1ª — conhecimento da realidade educacional, seja em seus aspectos empíricos, ou seja em sua essência, ao nível da reflexão filosófica;
- 2ª — conhecimento teórico e prático do processo educativo, proveniente das disciplinas pedagógicas específicas.

Esta segunda etapa, por sua vez, compreende:

- a) O estudo teórico do “homo educandus”, constituindo o objeto da Ontologia da Educação.
- b) A pesquisa dos fins, valores e idéias da Educação ou a Axiologia da Educação.
- c) A Metodologia da Educação.
- d) O estudo da Administração de Sistemas Educacionais.

Encontramos ainda no mesmo Parecer do C.F.E. (Parecer 632/69): “A formação específica, porém, do educador profissional assume uma complexidade extrema, pois se as ciências empíricas são absolutamente indispensáveis para o estudo do processo educativo, eles somente se tornam significativas e fecundas para o educador quando inseridas no todo de uma sabedoria pedagógica”.

“Em outros termos, os dados da pesquisa científica devem ser concepção do homem e do sentido de sua existência. A educação se apresenta, pois, ao mesmo tempo, como *fenômeno psíquico, fato social, processo histórico, realidade institucional e conjunto de práticas*”.

III — A FACULDADE DE EDUCAÇÃO E O LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE

Com referência a este problema, assim se pronuncia Anísio Teixeira (4):

“Naturalmente, o *levantamento das necessidades de educação da sociedade* constitui o primeiro grande trabalho de uma Faculdade de Educação, pelo qual ela se *articula* com o grande *problema dos recursos humanos*, hoje reconhecido como o problema capital da sociedade urbano-industrial, que se vem estabelecendo”.

Implicações daí decorrentes:

- 1 — A recente criação das Faculdades de Educação e sua integração no Sistema Universitário brasileiro como unidades autônomas e não mais como Departamentos de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras parece ter vindo realmente ao encontro de uma necessidade premente do contexto sócio-educacional brasileiro. Sem dúvida oportuno o momento de sua implantação, ainda mais se considerarmos que precedeu de pouco tempo o advento da Lei 5 692 / 71

Tal Lei, que em sua doutrina acena para a *Igualdade de oportunidade de acesso à educação* (preconizando a incorporação de faixas cada vez mais amplas de população ao sistema educacional), para a *valorização do trabalho* (tendência profissionalizante), para a *educação permanente*, estabelecendo princípios tais como o de *continuidade, terminalidade, integração, flexibilidade*, tal lei aí está a exigir uma ampliação e uma sistematização do campo de ação da educação. E para que se possa traduzir tudo isso em normas práticas capazes de efetivar as mudanças desejadas, o sistema educacional deverá poder contar a curto, médio e longo prazo, com a contribuição das Faculdades de Educação.

A elas cabe a “responsabilidade de formular o pensamento condutor do esforço educacional, elaborar técnicas e programas de ação, levantar e caracterizar a situação educacional existentes e formar e treinar o corpo de mestres e especialistas destinados a conduzir a prática educativa, de natureza semelhante à prática médica”. (4)

- 2 — Para poder cumprir seus objetivos, uma Faculdade de Educação terá que se caracterizar por uma abertura e flexibilidade, de tal sorte que favoreça um intercâmbio constante com a comunidade, numa troca mútua de experiências, não só no que se refere ao preparo de recursos humanos como também no sentido de *prestação de serviços*: assessoramento a projetos de desenvolvimento educacional da comunidade, assessoria técnica a entidades oficiais e privadas, etc.

Contudo, consideramos que esse intercâmbio não deve ser interpretado num sentido unidirecional Faculdade \longrightarrow Comunidade e sim Faculdade \longleftrightarrow Comunidade. Nesse particular, é desejável que não só a Faculdade, como a Universidade deixem de ser blocos monolíticos, fechados, para se tornarem realmente abertas à comunidade. A própria formação profissional poderia passar a ser feita, em grande parte, na própria comunidade, no contato direto, desde cedo, com profissionais e com a profissão. Evitar-se-ia, assim, e dicotomia entre teoria (conhecimentos teóricos) e a prática na formação de profissionais.

- 3 - Para efetivar, de forma sistemática, o levantamento das necessidades de educação da sociedade e sua adequação a situações diferenciadas e para realizar a interpretação da realidade educacional, bem como para poder criar novos modelos, uma Faculdade de Educação não pode prescindir da *pesquisa* como instrumento básico.

Segundo Marc Belth, 1971 (1), “o objetivo primordial da educação é desenvolver a aptidão para criar teorias e modelos melhores, mais ricos e mais sustentáveis por meio da compreensão dos que estão em uso”. Isto, a nosso ver, só será possível concretizar se nossas faculdades conseguirem funcionar como *centros de investigação*.

Entretanto, o desenvolvimento da pesquisa educacional no Brasil está num estágio muito incipiente. Parece necessário que se estabeleça uma política relativa à pesquisa — em suas diferentes áreas e níveis com base em levantamento prévio das necessidades e prioridades, a fim de que se possa encaminhar soluções em bases mais científicas e adequadas à multiplicidade de problemas que estão a emergir, por exemplo, com a implantação da atual reforma do ensino.

Dáí resulta que uma nova orientação de pesquisas em função de uma nova compreensão e interpretação do estilo educacional brasileiro está se fazendo sentir como necessária.

É verdade que os órgãos competentes estão dando atenção a esse aspecto. Tentativas no sentido de estabelecer uma política relativa à pesquisa tem sido feitas, como ficou evidenciado no “Simpósio Sobre Pesquisa para o Planejamento Educacional”, realizado por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Curitiba, julho, 1971.

No “Projeto de Estrutura para a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia” (6), encontramos o seguinte:

“No campo da pesquisa e experimentação pedagógica, a Faculdade de Educação terá como objetivos:

- realizar pesquisa e experimentação pedagógica no sentido de enriquecer e manter o processo de desenvolvimento de uma teoria científica sobre a educação;
- realizar e promover a pesquisa aplicada para o conhecimento dos problemas educacionais da sociedade e especificamente do Estado, no sentido de estabelecer na sua política de ampliação o aprimoramento de seus serviços educacionais;
- realizar e promover a experimentação pedagógica e sua avaliação, no sentido de contribuir para a renovação, e aprimoramento dos níveis da formação do professorado e do próprio ensino”.

Retomando a afirmação de Marc Belth sobre a necessidade de se criar novos modelos, ressaltamos que já é tempo, por exemplo, de nossos Cursos de Metodologia começarem a dar mais importância, através da pesquisa, ao exame e à construção de teorias. Ao invés, costumam, muitas vezes, proclamar um determinado modelo, padrão ou teoria simplesmente transplantados de outros países, sem o necessário exame crítico, se o mesmo se adapta ou não à nossa realidade, ou melhor, em que medida se adapta.

Por outro lado, para que as Faculdades de Educação funcionem como centros de investigação, não basta a criação de um serviço, um departamento ou um núcleo específico que se encarregue da pesquisa. É preciso ainda que se instale um clima, uma atmosfera, um espírito de pesquisa, que se irradie a todos os componentes da unidade.

Teríamos aí a “pesquisa como processo; o nosso caso, segundo Robert Howsam, 1969 (3) “melhor approach” seria o de “Laboratórios de Ensino-Aprendizagem”. Laboratórios, diz ele, “Significa aqui o termo genérico para indicar uma variedade de estratégias, ou melhor, uma solução estratégica para a dinamização curricular dos programas de formação de professores, tendo em vista alcançar mudanças significativas de comportamentos”.

Visar-se-ia com tal estratégia desenvolver modos mais científicos de pensar os problemas da educação e de encaminhar soluções mais adequadas ao treinamento dos recursos humanos.

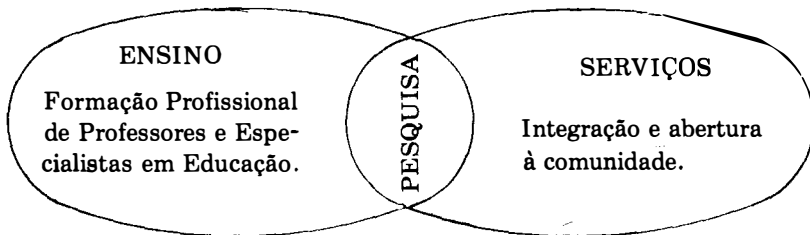
Entretanto, tal opção ou melhor a organização de uma Faculdade de Educação em torno dos Laboratórios de Ensino-Aprendizagem não implicaria uma estrutura administrativa mais dinâmica do que a prevista na atual Reforma Universitária, isto é, a administração por departamentos?

Não seria, então, o caso de a Faculdade de Educação que adotasse a modalidade de Laboratórios se estruturasse na Universidade como CENTRO DE EDUCAÇÃO, abrangendo uma diversidade de laboratórios específicos, tomando a pesquisa como princípio orientador de todas as atividades e articulando-se, num caráter de interdisciplinaridade com diferentes áreas da própria universidade?

IV – FACULDADE DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO PESQUISA-ENSINO-SERVIÇOS

Dos pressupostos básicos já apontados nos itens I, II e III, ao nosso ver, ressaltam, fundamentalmente, *três grandes linhas integradoras* que pudessem ser consideradas na estrutura organizacional de uma Faculdade de Educação: ENSINO-PESQUISA-SERVIÇOS, interacionados dinamicamente no sistema.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



Sob esse enfoque, quer se trate da faculdade pertencente a uma Universidade, quer se trate de faculdade isolada, a estrutura básica seria a mesma, podendo os três aspectos aqui mencionados variar em *níveis*, dependendo das condições peculiares a cada faculdade: tradição, status, qualificação do corpo docente, recursos humanos, recursos financeiros, diversidades geo-regionais e suas necessidades específicas etc.

Por outro lado, parece ser indispensável que cada instituição especifique tipos de cursos que oferecerá ao nível de graduação, de pós-graduação ou de extensão universitária.

Conforme afirma Kimball Wiles, 1965 (5): "Em qualquer caso, devem sempre ser declaradas as hipóteses relativas às qualificações desejadas; essa etapa é necessária se desejamos realizar julgamentos válidos acerca de um determinado programa destinado a formar um determinado tipo de profissional ou", isto é mais importante, acerca da

contribuição de um determinado tipo de profissional à situação específica de uma comunidade”.

Diz ainda o mesmo autor:

“A formação de professores deve prever variados programas de graduação e diferentes tipos de prática de ensino, a fim de proporcionar especialização para os diferentes tipos de papéis profissionais a serem desempenhados pelos graduados nas escolas de educação”.

Isto se aplica nitidamente ao caso brasileiro, tendo em vista a atual Reforma de Ensino.

Contudo, é preciso cuidado nesse aspecto.

O fundamental não é a mera instalação de novos cursos, novas habilitações, novos programas, novos serviços. O problema é bem mais complexo e o fundamental está justamente no fato de que a criação de novos programas de ação deve ser precedida de um estudo criterioso, em cada caso. Isto exige o levantamento e a seleção da hipóteses alternativas (e aí é que entra a pesquisa *até chegar-se à decisão de propor e instalar novos cursos. Escolher e decidir simplesmente ao acaso, sem um respaldo suficiente ao seu funcionamento, isto é, sem uma margem de segurança quanto à garantia de qualidade dos cursos, serviços ou projetos propostos, certamente, acarretará sérios problemas no futuro, além de constituir investimento oneroso, porém não produtivo.*

Sem dúvida alguma, no momento atual há uma variada gama de possibilidades para se dinamizar o campo de ação das Faculdades de Educação. Evidencia-se uma abertura para realizações novas, especialmente no sentido de atender à demanda relativa à elevação progressiva dos níveis da formação do professor, expressa na Reforma de Ensino.

E aí está um dos grandes desafios:

“PREPARAR PARA NÍVEIS CADA VEZ MAIS ALTOS SE
CONSTITUI UM OBJETIVO EMERGENTE DE TODO O ENSINO;
RESULTANTE DE SEU ATRIBUTO DE CONTINUIDADE”:

É preciso lembrar ainda, conforme nos atesta o prof. Valnir Chagas (2): “que temos hoje um *ensino regular* e um *ensino supletivo*. Este último, transitoriamente, ainda parte de uma idéia de suplência para recuperação daquela população marginalizada pelo analfabetismo e pelo semi-analfabetismo. Na sua concepção e metodologia, porém, o supletivo traz em germe o ensino do futuro para todos os graus, se de graus ainda se cogitar”.

“Longe de permanecer estanques, essas duas linhas (regular e supletivo) se interpenetrarão. Não há dúvida de que, nesse processo, o ensino supletivo terá de enfrentar velhas e enraizadas expectativas forçosamente identificadas com o regular. Ao mesmo tempo, entretanto, o ensino regular irá incorporando cada vez mais categorias supletivas que acabarão por caracterizá-lo como tal. Em 1972, num

trabalho que se fez doutrina oficial, procurei traduzir o fenômeno com a idéia de grau da supletividade, que, desde então, se vai tornando corrente na análise de projetos escolares. Abstraíam-se daí a linguagem e as soluções propriamente brasileiras e ter-se-á, no mais, o dualismo estrutural que irá caracterizar a educação nos próximos três ou quatro lustros”.

“Esse dualismo requer um grande equilíbrio na dosagem de elementos de transição, um equilíbrio que parece tanto mais difícil, quanto mais nos aproximamos do plano dos fins. Se nos firmamos em que a criança e o jovem de hoje irão viver a sua maturidade nesse mundo, amanhã automatizado, coletivizado e internacionalizado e para ele os preparamos, certamente os desajustaremos do presente em que já vivem. E se enveredamos pela solução inversa, iremos desajustá-los em relação ao seu futuro. Em tal dilema, todo um conjunto de valores nacionais e de concepção do homem entra em conflito, exigindo já *agora* uma opção pronta e eficaz para a qual não estamos preparados.

Esta sim — esta é a verdadeira crise da educação de nossos dias”.

Em suma, compreende-se que a todos esses desafios não pode a Faculdade de Educação ficar alheia: é grande, é incomensurável a sua responsabilidade na tomada de posicionamento tanto ao que se refere à sistemática operacional da educação brasileira quanto — em seu sentido mais profundo — à própria substância do processo educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BELTH, Marc. *La Educación Como Disciplina Científica*. Buenos Aires, Editorial El Ateneo, 1971.
2. CHAGAS, Valmir. Entrevista concedida ao “Jornal do Brasil”, 1º de julho de 1973, Caderno Especial/4.
3. HOWSAM, Robert. In “Seminário Sobre a Estrutura de uma Faculdade de Educação”, promovido pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, UFRGS, Porto Alegre, 14 a 17 de julho de 1969 (mimeo).
4. TEIXEIRA, Anísio. “Escolas de Educação” in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 51, abr./jun. p.239-241-242.
5. WILES, Kimball. *O Tipo de Educação: Professores de que nós precisamos*, trabalho apresentado na “Southern Regional Conference”, Richmond, Virginia, EEUU, dez., 1965 (mimeo).
6. WOORTMANN, Mary C.G. *Projeto de Estrutura para a Faculdade de Educação da U.F.Ba.*, (mimeo).
7. Parecer 632/69 do Conselho Federal de Educação, “Conteúdo Específico da Faculdade de Educação”.